

“CPI da dívida não funciona moralmente”

“Pelo regimento, esta CPI até pode funcionar. Mas moralmente, não”. A declaração é do líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, que disse ontem que a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar a dívida externa agirá com parcialismos, uma vez que foi formada somente por deputados de oposição. Na reunião de ontem pela manhã, os deputados Alencar Furtado (PMDB-PR) e Sebastião Nery (PDT-RJ) foram eleitos por unanimidade, presidente e vice-presidente da CPI.

Apenas o deputado Nilson Gibson (PDS-PE), compareceu representando o partido do governo, para pedir que a instalação fosse adiada por 48 horas, para que houvesse maior entendimento entre os líderes partidários na escolha do presidente. Sua proposta no entanto, foi rejeitada por unanimidade, e os seis parlamentares presentes — cinco do PMDB e um do PDT — realizaram a votação.

Imposição

Segundo Nelson Marchezan, o PMDB impôs a retirada do PDS da CPI, quando quebrou a tradição de eleger para presidente, um representante do partido da minoria. Nilson Gibson, vice-líder do governo, além de apresentar a proposta de adiamento da CPI por dois dias, ainda manteve conversas reservadas com alguns deputados do PMDB, durante a reunião, para pedir que aceitassem o adiamento até quinta-feira.

Suas tentativas, entretanto, foram rebatidas pelos parlamentares que defenderam a imediata instalação, uma vez que a CPI foi proposta no início desta legislatura. Gibson pediu então ao presidente da mesa, Fernando Sant’Anna (PMDB-BA), que constasse da ata da reunião, “a intolerância das oposições”, perguntando ainda, o que poderá acontecer agora, se o PDS não participar. Ao responder, Djalma Falcão (PMDB-AL) disse que as palavras do vice-líder do PDS eram “uma ameaça à comissão”, no que foi apoiado pelo deputado João Cunha (PMDB-SP), que afirmou que “se o PDS não quer participar, o problema é dele”.

Com a recusa do PDS, a CPI da dívida externa fica formada pelos seis deputados de oposição: Aldo Arantes, Alencar Furtado (presidente), Aníbal Teixeira, Fernando Sant’Anna, Hélio Duque, pelo PMDB, e Sebastião Nery, pelo PDT. Os deputados do PDS que comporiam a CPI são: José Machado, Lúcio Alcântara, Luiz Fayet, Pratini de Moraes e Ricardo Fiúza.

Prioridades

Alencar Furtado disse ontem que a CPI vai ter como meta principal, investigar o acordo do Brasil com o FMI. Mas ele pretende dividir a comissão em vários grupos, que investigarão ainda área pública (endividamento de estados e municípios), empresas estatais, contas privadas e os privilégios das empresas multinacionais.

Ficou acertada nova reunião terça-feira que vem, dia 23, quando será indicado o relator da CPI. Alencar Furtado também pretende acertar os nomes dos primeiros convocados a depôr.

Serão chamados para assessorar os trabalhos, professores e técnicos da área econômica, de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Brasília.

BNH/Delfim

“Se o comportamento das oposições for o mesmo, nossa atitude também será a mesma”, afirmou ontem, Nelson Marchezan, com relação à CPI que investigará o envolvimento do Banco Nacional de Habitação com o Grupo Delfim, e que será instalada hoje, às 9 h. 30 min.

Segundo o líder do governo, se o PMDB insistir em ter a presidência, seu partido não vai participar da comissão. Ele não sabia, até o final da tarde de ontem, se os deputados do PDS compareceriam ou não à cerimônia desta manhã.

Já o deputado Nelson Wedekin (PMDB-SC), que fará parte da comissão, afirmou que seu partido pretende ter o presidente, e que o indicado é Alberto Goldmann (PMDB-SP), autor da proposição que criou a CPI. Wedekin disse que a tradição que o PDS quer que seja mantida se justificava no bipartidarismo, mas agora, depois que houve um acordo entre o partido do governo e o PTB, não há como manter esta tradição.